

**DA CONCOMITÂNCIA DE DOIS TEMPOS DIVERGENTES: COLONOS
AMBIENTALISTAS E OPERÁRIOS MINEIROS NA CRICIÚMA
CONTEMPORÂNEA**

Renato de Araújo Monteiro¹

Resumo: Com base em uma concepção heterogênea do tempo, este estudo procura refletir sobre os conflitos entre o movimento operário mineiro e os movimentos ambientalistas que tiveram seu ápice em Criciúma sobretudo a partir da década de 1990, admitindo-os enquanto concomitância de dois tempos que traziam consigo divergentes projetos de futuro para a cidade: o passado-presente da *Capital do Carvão*, ainda em busca da plena realização do progresso que por ele fora prometido ao longo do século XX, e o tempo “presentista” da Cidade das Etnias, disposto a quase tudo para deter o alcance desta mesma promessa carvoeira. Entende-se que as crescentes práticas de patrimonialização do meio-ambiente e da memória, sobretudo de uma sobrevalorização da memória dos grupos que colonizaram a região a partir do final do século XIX, desempenharam papel estratégico nos processos de reacomodação de uma cultura política legitimada nos tradicionais esquemas de identificação étnica, e que tinha na força do movimento operário mineiro um dos seus principais adversários.

Palavras-chave: Colonização. Mineração. Criciúma. Ambientalismo.

**THE CONCOMITANCE OF TWO DIVERGENT TIMES: ENVIRONMENTAL
COLONIES AND MINING WORKERS IN THE CONTEMPORARY CRICIÚMA
CITY**

Abstract: Based on a heterogeneous conception of time, this study seeks to reflect on the conflicts between the workers' movement and the environmental movements which had their culmination in Criciúma especially since the 1990s, admitting them as concomitance of two times that brought with them divergent projects of future for the city: the past-present of the *Capital do Carvão*, still in search of the full realization of the progress promised by him during the twentieth century, and the "presentism" time of *Cidade das Etnias*, willing to almost everything to stop the reach of this same promise coal. It is understood that the growing practices of patrimonialization of the environment and memory, especially of an overvaluation of the memory of the groups that colonized the region from the end of the 19th century, played a strategic role in the processes of rearrangement of a political culture legitimized in the traditional schemes of ethnic identification, and who had in the strength of the labor movement one of its main opponents.

Keywords: Colonization. Mining. Criciúma city. Environmentalism.

A cidade de Criciúma é produto de dois projetos “modernizadores”: o processo de colonização europeia e o desenvolvimento da indústria carbonífera, ambos iniciados no final do século XIX. Utilizo aqui a categoria *modernidade* enquanto portadora de uma experiência de

¹ Colégio Marista São José, São José/SC, Brasil.

tempo que institui uma ruptura com o passado, movida por uma ideia de *progresso* que faz



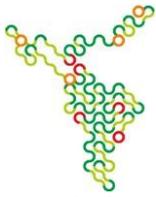
Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

predominar, no tempo presente, a presença de um futuro idealizado, prometido (KOSELLECK, 2006). Nesse sentido, uma atual *crise da modernidade* poderia ser indicada pelas práticas de preservação – do meio ambiente, do patrimônio histórico –, que estariam ligadas a uma valorização da *memória* que faz predominar, no tempo presente, a presença de um futuro ameaçador e de um passado que também pode ser idealizado, sobrevalorizado (HARTOG, 2014). Em Criciúma, a *ideologia do progresso* esteve por muito tempo atrelada às expectativas geradas pela indústria carbonífera, que consolidou sua imagem de *Capital do Carvão*, ao passo que esta *sedução pela memória* desde muito tempo tem se voltado para a experiência da colonização, que nas últimas décadas vem apresentando Criciúma como a *Cidade das Etnias*. Os conflitos entre colonos ambientalistas e operários mineiros se inscrevem também neste debate acerca da “identidade” da cidade, assim como dos divergentes usos do passado e perspectivas de futuro que elas carregam.

Em 12 de novembro de 2016, um jornalista de Criciúma publicou uma matéria sobre o que chamou de “conflito entre agricultura e mineração” que, naquele dia, estava completando exatos 20 anos. A reportagem inclui um audiovisual com imagens de arquivo e registros atuais das áreas disputadas no passado. A saber: paisagens rurais supostamente preservadas e estruturas de minas de carvão desativadas. O título parece não deixar espaço para divergências: “A noite que dividiu a nossa história” (MANIQUE, 2016). Já durante os acontecimentos, uma historiadora envolvida com os movimentos sociais confessara não saber mais como se posicionar, se ao lado do movimento operário ou favorável à causa ambientalista. Diante da indecisão, teria avaliado que só “uma coisa era certa: a cidade estava mudando” (COSTA, apud CAMPOS, 2003, p. 141). O historiador Emerson César de Campos (2003, p. 148) também conclui coisas do tipo: “os momentos de luta do movimento dos mineiros haviam voltado, mas não era o mesmo, tampouco era a mesma cidade”; “o futuro estava aberto”; “inicia uma nova história”. Existe, portanto, toda uma produção historiográfica que tende a concordar com o título da matéria jornalística. Apenas uma semana antes da sua publicação, eu mesmo havia defendido minha dissertação de mestrado, na qual busquei, dentre outras coisas, fazer uma leitura de Criciúma a partir de distintas experiências de tempo vivenciadas na cidade: a ideologia do progresso materializada no *Monumento aos Homens do Carvão*, construído em 1946, e o movimento ambientalista de 1996, que exatamente 50 anos mais tarde provocara o fechamento da maior carbonífera do país (MONTEIRO, 2017).

Quando iniciei minha primeira pesquisa sobre Criciúma em 2010, ainda refém de uma



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

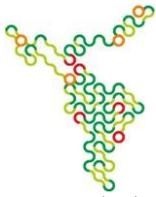
Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

visão bastante linear da história e do tempo, esperava que a análise pudesse revelar o crescimento de uma consciência ambiental que se consolidaria em meados dos anos 1990. Contudo, desde as fontes mais antigas havia críticas à atividade carbonífera, que na ocasião interpretei como “uma possível tensão entre mineradores e agricultores que culminaria nos movimentos contra a instalação de novas minas na virada do século”. Para demonstrar o contraste, iniciava com uma citação do prefeito em 1951, dizendo que Criciúma dependia e sempre dependeria do carvão, e outra dos ambientalistas de 1996, que alegavam estar conscientes dos malefícios que advinham do carvão (MONTEIRO, 2011).

Posteriormente fui por diversas vezes incentivado pelo historiador Carlos Renato Carola a pesquisar aquele que era, para ele, o primeiro movimento organizado de resistência ao carvão na região carbonífera. A estas alturas já estava familiarizado com a tese do historiador Dorval do Nascimento (2012), sobre “o processo de mudança da identidade urbana de Criciúma” entre 1945 e 1980, ou entre a *Capital do Carvão* e a *Cidade das Etnias*, e com a tese do historiador Emerson César de Campos, que também defende “a cultura do carvão” e o “mercado étnico” como “duas aberturas imponentes” para “se entrar em Criciúma”. Para pensar a “cidade contemporânea”, Campos reflete sobre o conflito entre mineiros e ambientalistas de 1996, e dele extrai a sentença de que “não coube ao presente realizar a promessa de um passado carvoeiro” (2003, p. 148).

A reflexão básica de que o presente de hoje é o futuro de ontem, nos conduz a constatação de que nele convergem no mínimo dois tempos, que podem ou não ser convergentes: o hoje tal qual projetado pelo passado, o futuro-passado; e o hoje como visto, representado e defendido pelo contemporâneo, o tempo presente. É isso que atribui tanta historicidade ao conflito entre colonos ambientalistas e operários mineiros em Criciúma. Eles são como que a presença concomitante de dois tempos divergentes: o tempo carvoeiro, prometido no passado e ainda em busca da sua plena realização; e o tempo “presentista” da preservação ambiental, disposto a deter a busca da promessa carvoeira. Mas na medida em que ambos recorrem ao passado – seja para denunciar os impactos da mineração, para pretender legitimidade na memória da colonização ou até para defender uma cultura e uma memória do carvão –, há também esses passados-presentes que convergem no tempo presente, da mesma forma que cada presente faz usos diferenciados destes mesmos passados.

Com este posicionamento, apresento uma proposta de revisitar a história de Criciúma utilizando as mesmas “portas de entrada” abertas pela historiografia: a *Capital do Carvão* e a *Cidade das Etnias*. No entanto, evitando tomá-las como duas “identidades urbanas” que se

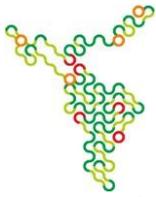


sucederiam num processo de transição “ocorrido no tempo”, mas sim as admitindo como duas experiências que, por complementaridade, oposição ou mera concomitância, constituem passados simultaneamente disponíveis “ao longo do tempo”, geradores de memórias a partir das quais a história da cidade tem sido preferencialmente narrada e/ou interpretada. É desse modo que pretendo contribuir para com a análise da historicidade que envolve os conflitos entre o movimento operário mineiro e os movimentos ambientalistas na Criciúma contemporânea, assim como arriscar alguns apontamentos sobre a sua provável relação com aspectos da cultura política local.

Um futuro-presente: a forja da Capital do Carvão

A exploração das jazidas de carvão mineral de Santa Catarina teve seu início ainda no final do século XIX, contudo, este primeiro empreendimento se revelou economicamente inviável e foi logo abandonado pelos investidores. Cenário desfavorável que só mudou com a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914 e a consequente implementação das políticas de substituição das importações. A partir deste momento é possível traçar uma periodização segura do processo de desenvolvimento da indústria carbonífera. Nos anos 20, com o restabelecimento do comércio mundial, o setor carbonífero nacional foi impelido para a sua primeira crise. Depois, com a mudança no modelo de desenvolvimento adotado pelo país a partir de 1930, dezenas de leis de proteção e incentivo ao carvão nacional criaram uma demanda artificial que fez aumentar a produção e o número de mineradoras. Mas foi somente com a irrupção da Segunda Guerra Mundial em 1939, com a intensificação das políticas protecionistas e com o início da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941, que a década de 1940 se configurou em “uma década de ouro para a indústria carbonífera catarinense” (CAROLA, 2002, p. 17-18).

A produção anual de carvão em Santa Catarina passou então de 204 toneladas em 1939 para mais de um milhão em 1949, e este novo surto de oferta de empregos intensificou o processo de migração para Criciúma, fazendo com que sua população praticamente dobrasse em uma década, saltando de 27 mil habitantes em 1940 para 50 mil em 1950. Números que conduzem à interpretação de que “somente com o segundo conflito mundial se iniciaram processos sociais e culturais que transformaram Criciúma em uma típica cidade carbonífera” (NASCIMENTO, 2012, p. 19), mas que “passados o drama e a euforia da grande guerra, mais uma vez entraram em cena os discursos oficiais da crise no setor carbonífero” (CAROLA, 2004, p. 27).



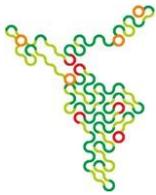
Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

Para mim, o malogro do primeiro projeto de exploração do carvão catarinense foi fundante da experiência da modernidade que seria vivenciada no transcorrer do século XX em Criciúma. Devido à má qualidade que impossibilitavam sua concorrência com o carvão importado, somente com a interrupção do comércio durante as guerras foi possível constituir uma indústria carbonífera nacional. Entretanto, sobretudo no período pós-guerra, quando o carvão respondia pela principal atividade econômica da região ao mesmo tempo em que enfrentava a concorrência do carvão estrangeiro, sua sobrevivência dependia da elaboração de defesas cujas justificativas estiveram embasadas não necessariamente em questões econômicas, mas sim em discursos que traziam em seu bojo outras ideias-força características da época, como a valorização dos ideais de “patriotismo” e “progresso”. Em suma, a sobrevivência de Criciúma enquanto *Capital do Carvão* passava pela necessidade de parecer mais importante para o país do que ela talvez fosse naquele momento, pelo menos se considerarmos seu diminuto reconhecimento para além da região carbonífera.

Segundo Carola (2002, p. 18), principalmente após 1945 “o discurso do progresso era usado para justificar a necessidade de ‘soberania nacional’, [...] e para exacerbar o desenvolvimento econômico da região produtora”. E complementa que, depois de 1946, ano em que Santa Catarina assumiu a liderança da produção nacional de carvão e o *Monumento aos Homens do Carvão* foi inaugurado, “tornou-se uma prática, sobretudo nos discursos oficiais, enaltecer Criciúma como a ‘Capital Brasileira do Carvão’ e/ou a ‘Metrópole do Carvão’”. Ao abordar o que é apresentado como esses “tempos em que o carvão mineral forjou a economia e a cultura da cidade e da região”, Nascimento (2012, p. 23) aponta o contraste das memórias que se referem ora à “modesta condição de cidadezinha”, ora ao “pomposo cognome de Capital ou Metrópole do Carvão”. Estes títulos, na sua visão, “remetem ao forjamento de representações sociais que vinculam, nesse período, Criciúma ao progresso e ao carvão”, concluindo que é nesse momento que, além de depender economicamente do carvão mineral, a cidade passa a ser “identificada com ele, como também sua população, rompendo, de certa forma com os esquemas identitários mais presentes em Santa Catarina”, se referindo aos marcadores étnicos dos processos de colonização.

Portanto, os historiadores citados concordam em descrever o período pós-guerra como um momento privilegiado de consolidação de uma imagem de Criciúma como a *Capital do Carvão*. Ambos desenvolvem ideias semelhantes para falar da época em que a crença no *progresso* tornava presente a promessa de um futuro melhor, e necessariamente carvoeiro.



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

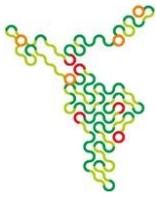
Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

Criciúma foi forjada enquanto *Capital do Carvão* tanto no sentido metafórico, de ter sido trabalhada à ferro e fogo para conformar um dado substrato de experiências naquilo que era pretendido pelos seus principais idealizadores, quanto no sentido figurado, de ter sido inventada por esses mesmos idealizadores no momento em que o futuro carvoeiro estava sob ameaça e para construí-lo era preciso dizer que a cidade *já era* um importantíssima “capital do carvão”, mesmo que tudo indicasse que *ainda não*.

Admitindo uma crise do carvão que se estende do final da década de 1940 até meados dos anos 1950, Carola (2004, p. 32) assinala o caráter estratégico que os discursos de progresso e de crise adquiriram nestes momentos. Para ele, existe “uma ‘ideologia da crise’ que acompanha toda a história da indústria carbonífera”, onde “o discurso da crise é acionado principalmente para acusar o descaso das autoridades governamentais em relação à inexistência de uma política nacional estável e sólida”. Somente com a aprovação do Plano do Carvão Nacional, em 1953, a situação do setor carbonífero ficou mais estável, marcando uma nova fase de crescimento da indústria carbonífera e atestando que não bastava projetar os potenciais daquilo que Criciúma *já era*, era indispensável falar também daquilo que ela *poderia ser*, por mais incipiente ou idealizado que o fosse.

Um passado-presente: o cultivo da Cidade das Etnias

Ao analisar as primeiras aparições da memória-história oficial da colonização a partir da segunda metade dos anos 1950, Nascimento (2012, p. 119) observa que um dos aspectos mais constantes é uma “espécie de divisão do trabalho entre a imigração, como obra civilizatória que forneceu as bases para o início da cidade, e o carvão, que lhe garantia o crescimento econômico e urbano”. Na década de 1970 surgiram os primeiros livros invariavelmente escritos a partir de relatos orais que acabavam “fortalecendo um certo imaginário da imigração, que havia ganhado um espaço considerável”, mas ainda sem deixar de “vincular progresso e imigração através do carvão mineral”. Foi neste contexto que italianos, alemães e poloneses surgiram como os principais atores históricos. Esta distribuição do mérito colonizador entre grupos imigrantes oriundos de diferentes nacionalidades está inserida dentro de um debate sobre a história de Criciúma que foi um dos principais aspectos que ocupou os memorialistas locais. Quando a excessiva dependência da cidade para com a atividade carbonífera começou a ser questionada de um modo mais contundente,



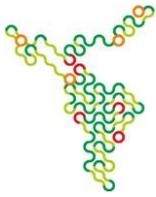
Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

possibilitando a propagação de discursos que defendiam a necessidade da diversificação econômica e permitindo o fortalecimento de representações alternativas à *Capital do Carvão*, Criciúma se voltou preferencialmente para o passado da imigração, que estava prestes a comemorar 100 anos. Entretanto, em 1980 aquele pequeno núcleo colonial fundado por algumas dezenas de famílias europeias já possuía mais de 112 mil habitantes, tendo sido grande parte desta população atraída pelas ofertas de emprego nas minas de carvão. Ou seja, ao lado do arquétipo ideal do colonizador italiano, existiam aqueles de outras nacionalidades, como o alemão e o polonês, e, para além destes, havia grandes contingentes cuja ascendência procedia de processos históricos completamente diferentes: lusos, negros, açorianos, indígenas, caboclos... enfim, os chamados “brasileiros”.

Para contar uma história de grandes feitos heroicos, circunscritos ao passado e tidos como legados que serviriam no máximo como exemplo para as gerações do presente e do futuro, não havia dificuldades em atribuir o pioneirismo à imigração e o desenvolvimento posterior ao carvão, mas para contar uma história de progresso capaz de fazer projeções sobre o futuro, era preciso conjugar colonização e indústria carbonífera, sem ignorar os “homens do carvão”, mineradores e mineiros que não eram, na sua grande maioria, descendentes dos fundadores da cidade. Antes da crise da experiência progressista do tempo e da sobrevalorização da memória no final do século XX, a história da colonização também foi organizada segundo um modelo que gerava expectativas de futuro, tal qual no futuro-presente da *Capital do Carvão* que começava a dar os seus primeiros sinais de enfraquecimento. Daí surgem duas nuances historiográficas bastante sutis: uma que compunha com o carvão e positivava também a colonização, e outra que buscava traçar uma história de progresso como fruto principalmente da colonização, paralela ao carvão.

Esta questão foi engenhosamente resolvida durante as comemorações do Centenário em 1980. Através da divisão dos diferentes grupos sociais em etnias, abriu-se a possibilidade de elaborar uma história principalmente a partir do processo de imigração e colonização, que colocava italianos, alemães e poloneses como protagonistas, mas admitia também a presença dos antigos “homens do carvão”, lusos e negros, necessariamente tomados nesta ordem de importância. No final do século XX o futuro parecia enfim se tornar presente, mas já não se tratava daquele futuro carvoeiro. Juntamente com a representação da *Cidade das Etnias* que florescia, a diversificação econômica se impunha como realidade, contestando cada vez mais o título da *Capital do Carvão* e a experiência progressista do tempo da modernidade que ela representava.



Logicamente, este processo não esteve restrito ao que podemos chamar de historiografia. Em 1966 foi erguido o *Monumento ao Imigrante*, composto por três colunas mestras que representavam os colonizadores italianos, alemães e poloneses. Cinco anos depois, em 1971, o *Monumento aos Homens do Carvão* foi parcialmente destruído e deslocado do centro para uma das extremidades da principal praça da cidade. Em 1980 foi inaugurado o que ficou popularmente conhecido como *Monumento às Etnias*, já que é formado por cinco colunas de concreto com 70, 33, 25, 17 e 14 metros de altura, que se erguem com diferentes inclinações. Como destaca Nascimento (2012, p. 158), “muito rapidamente a população identificou as colunas maiores com os grupos étnicos pertencentes às correntes migratórias mais recentes, os imigrantes italianos, alemães e poloneses”, com destaque para a “supremacia da etnia italiana, representada pela maior coluna”. Para Campos (2003, p. 70), também a realização anual da *Festa das Etnias* a partir de 1989 deve ser considerada uma “extensão festiva das comemorações do centenário” que também constitui o lugar em que “a crescente etnização da cidade é finalmente celebrada”.

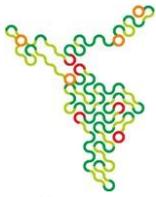
Para dar conta de uma imagem que ajudasse a explicar o processo de construção de Criciúma como a *Capital do Carvão*, recorri à metáfora da forja. Em contrapartida, para pensar a *Cidade das Etnias*, lanço mão da noção de cultivo, que aos poucos soube regar e esperar o momento propício em que pudesse florescer uma representação da cidade produzida sobretudo a partir de uma leitura do seu passado, presente através da *sedução pela memória*. Partindo das primeiras sementes lançadas pela experiência da imigração e espalhadas pela tradição oral a partir do final do século XIX, passando pelo florescimento de uma história-memória oficial em meados do século XX e chegando até a colheita dos frutos de uma leitura bastante particular sob a perspectiva étnica no aproximar do século

XXI. Cultivo, principal atividade dos colonizadores italianos, alemães e poloneses, por oposição ao trabalho operário, mineiro, de quase todos os “homens do carvão”.

Colonos ambientalistas Vs. operários mineiros

Como forma de protesto, no dia 19 de novembro de 1996 um pequeno grupo de pessoas se encaminhou até o *Monumento aos Homens do Carvão* para, sem dificuldades, colocar um cacho de bananas no pescoço da estátua que as representava. Nove delas tinham acabado de sair da prisão, onde haviam ficado reclusas por uma semana.

Com a estabilização do setor carbonífero a partir de 1953, as mineradoras de Santa



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

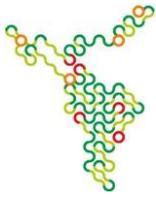
Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

Catarina se concentraram em torno de dois blocos econômicos: um formado por grupos privados e outro composto pelas estatais reunidas em torno da Carbonífera Próspera. Fundada em 1917 por colonos locais, neste contexto a empresa havia sido adquirida pela CSN, passando a integrar o complexo industrial que o governo federal possuía na região. Com o passar do tempo, a mineradora foi encampando as demais estatais da zona carbonífera. Na década de 1980 ela representava 20% de todo o carvão produzido em Santa Catarina e possuía a maior reserva mineral, fornecendo 2.600 empregos diretos (RABELO, 2004, p. 296). Em 1985 “se atinge a maior produção de toda a história da indústria carbonífera catarinense”, quando “havia cerca de 15 mil trabalhadores nas minas, e a produção de carvão bruto atingiu mais de 19 milhões de toneladas” (CAROLA, 2002, p. 23).

No início de 1988 a Próspera não cumpriu o reajuste salarial, gerando uma greve de 40 dias encerrada com um violento conflito envolvendo mineiros e policiais. Depois deste episódio, foi dado início a um processo de dissolução da mineradora. Algumas minas foram desativadas, provocando a demissão de 680 mineiros. Com a chegada de Fernando Collor de Mello à presidência com sua política de privatizações, a desativação da estatal foi logo oficializada. Mais de 1500 mineiros receberam aviso prévio de demissão, deflagrando no dia seguinte, 08 de maio de 1990, aquele que seria “o mais longo movimento operário da história do Brasil” (RABELO, 2004, p. 300).

Mas em que pese toda a resistência dos mineiros, o Comando de Greve não obteve êxito no seu intuito de transferir a administração da empresa diretamente para os trabalhadores. Um minerador local acabou vencendo o processo licitatório da empresa em 1991, rebatizada de Nova Próspera Mineração. As minas só foram desocupadas mediante promessa de recontração de parte dos funcionários, o que jamais foi cumprido pelo novo proprietário. Durante cinco anos a NovaPróspera seguiu extraíndo carvão das antigas jazidas da CSN sem grandes problemas, mas quando precisou abrir uma nova frente de mineração, teve que enfrentar a resistência de um movimento ambientalista bem organizado, formado por agricultores legalmente protegidos em uma Área de Preservação Ambiental (APA). O tempo era outro.

Em maio de 1995 os moradores do Morro Estevão e do Morro Albino, região conhecida como Morro da Bananeira, procuraram o Ministério Público para denunciar a intenção da Nova Próspera em explorar carvão dentro dos limites protegidos pela APA (CORRÊA, 2001, p. 106). O promotor então sugeriu a criação de uma ação pública, mas advertiu que, por consistir em reivindicação de caráter preventivo, portanto mais difícil de ser demonstrada, eles precisariam se



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

organizar para abastecê-lo com muitos documentos, laudos, pareceres, fotografias, etc. O relatório posteriormente entregue no Centro das Promotorias da Coletividade possuía mais de cinco mil documentos, entre fotografias, cadastros das propriedades, das nascentes d'água, das áreas de mata nativa e pareceres assinados por renomados técnicos ligados a várias instituições.² Ao mencionar tal relatório, Campos também chama atenção para o fato do mesmo ser composto por um histórico que “busca em famílias tradicionais – em sua maioria italianas – seus feitos”:

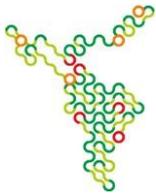
A colonização efetiva do Morro Estevão iniciou-se nos idos de 1890, quando as famílias Zanette, Lutemberg, Bortuluzzi, De Luca, Dagostim, Dal Toé, Bortogollo, Dal Pont, Tognon entre outras, lá fincaram suas bandeiras da colonização, iniciando um processo, já naquela época, de preservação ambiental, pois ainda hoje, nota-se matas nativas que cobrem grande parte do referido local. Nestas condições dedicavam-se exclusivamente à agricultura, ao manuseio de gado leiteiro e criação de suínos [...]. A comunidade do Morro Estevão questiona: para atender interesses econômicos de uma empresa é válido agredir o ambiente em equilíbrio em prejuízo de mais de cinco mil pessoas que dependem direta ou indiretamente da riqueza do solo, da água em abundância e da boa convivência com a natureza???

(CAMPOS, 2003, p. 139-140)

A campanha deflagrada pelos colonos logo encontrou “ressonância em vários segmentos: entre empresários, entre políticos, entre movimentos sociais, igrejas”. Em novembro a Câmara de Vereadores por unanimidade ampliou os limites da APA para mais que o dobro e proibiu expressamente “a extração mineral, sob qualquer título ou propósito” (CORRÊA, 2001, p. 106). Em dezembro o Ministério Público entrou com a Ação Civil Pública contra a Nova Próspera Mineração, da qual Campos destaca o seguinte fragmento:

Os operários das minas, antes atraídos pela esperança de uma vida mais digna, também foram lenta e gradativamente sendo corroídos pelas doenças adquiridas em razão das condições hostis de trabalho, transformando-se ao longo do tempo em uma legião de inválidos. A situação agravou-se a tal ponto que em sua fase áurea, a poluição atmosférica decorrente da exploração das jazidas de carvão respondeu por cerca de 70% das internações hospitalares, isto somente aqui, que em tais tempos ostentou com orgulho o título de Capital Nacional do Carvão (CAMPOS, 2003, p. 141-142).

A justiça concedeu liminar favorável aos colonos, mas em janeiro de 1996 a Nova Próspera conseguiu efeito suspensivo. Em abril, mais de cem tratores invadiram a região central da cidade e se posicionaram em frente ao Fórum Municipal. No mês seguinte o resultado final da Ação Civil julgou o município competente para agir em relação ao meio ambiente, portanto mantendo a proibição da mineração na APA. O prazo para recurso se esgotou e a Nova Próspera anunciou a demissão dos seus



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

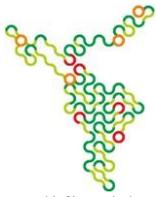
480 funcionários. Foi então que o Sindicato dos Mineiros interveio e iniciou um movimento pela derrubada da lei. Entre junho e setembro de 1996 as sessões na Câmara de Vereadores de Criciúma foram “sempre muito tensas, marcadas pela pressão psicológica e ameaças físicas”. (CAMPOS, 2003, p. 145) Os vereadores ainda poderiam votar alterações na lei, e uma proposta de redução da APA de 3.600 para 1.500 hectares, foi levada a plenário.

No dia 12 de novembro de 1996, “desde muito cedo faixas e máquinas dividiam espaço com muitas pessoas”. Um vereador favorável à manutenção da lei foi hostilizado ao entrar no Fórum. Megafones anunciavam: “se mineiro perder, pau vai comer”. Centenas de operários impediam o trânsito “com o estacionamento de 11 caminhões retirados do pátio abandonado da Nova Próspera” (CORREA, 2001, p. 84). Com votos abertos “a ex-capital do carvão assistiu a vitória dos agricultores por doze votos contra oito”. O que se viu foi “pedras, gritarias, depredação, espancamentos, perseguições, prisões”. O Fórum foi depredado e, no dia seguinte, “Criciúma ganhava a manchete de quase todos os maiores jornais do estado, bem como rádio e televisão local, estadual e nacional”. Nove haviam sido presos. Após pagamento da fiança foram liberados sete dias depois, quando, acompanhados por simpatizantes, fizeram então um desfile até o que restava do *Monumento aos Homens do Carvão*, para em forma de protesto alçar um cacho de bananas no pescoço da estátua do mineiro que os representava (CAMPOS, 2003, p. 145-146). A Próspera foi fechada, os trabalhadores demitidos, os equipamentos abandonados nos subsolos das minas alagadas.

Conclusão

Quando analisamos as diferentes representações acerca de Criciúma tendo como referência a *Capital do Carvão* e a *Cidade das Etnias*, fica evidente a assimetria que há entre elas. Não se trata de um simples processo de sucessão cronológica entre um discurso e outro, eles coexistem desde o início do século XX. Atualmente, talvez a grande diferença entre uma representação e outra reside no fato de que, enquanto a *Capital do Carvão* é vista basicamente como um ciclo econômico que teve seu auge mas não foi capaz de cumprir as promessas de futuro que trazia, a *Cidade das Etnias* é tida geralmente como uma história de êxito, que explica positivamente aquilo que Criciúma é.

Da mesma forma que a *Capital do Carvão* foi incapaz de proporcionar as conquistas do progresso para todos os criciumenses, também a *Cidade das Etnias* demonstra extrema



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

dificuldade na assimilação de outros “grupos étnicos” que não procedam das imigrações europeias do século XIX, sem deixar de hierarquizá-los e assim diminuí-los em importância. Por mais que a pedagogia da colonização se abra à inclusão de novos grupos por meio de monumentos, obras historiográficas e comemorações festivas que no limiar do século XXI contemplem lusos, açorianos, negros, árabes, espanhóis, teutos, russos e até índios, ao deformá-los em um conceito de etnia que está diretamente implicado com o de colonização, acaba por fortalecer um discurso que valoriza cada vez mais os imigrantes considerados ideais: poloneses, alemães e principalmente italianos.

De certa forma, toda uma geração de historiadores atuou – e ainda atua – para valorizar a *Capital do Carvão*, porém relegando-a ao passado, como memória e cultura, sempre denunciando e buscando superar o modelo social e econômico que a constituiu. Com eles, aprendemos que também é possível e necessário agir dentro da *Cidade das Etnias*, questionar a sobrevalorização da memória da colonização que a fundamenta e monopoliza as políticas públicas no campo da cultura, que por sua vez reforçam uma cultura política conservadora ainda legitimada nos tradicionais esquemas de identificação étnica.

Referências

CAMPOS, Emerson Cesar de. **Territórios deslizantes:** Recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea - Criciúma (SC) (1980-2002). 2003 (Tese de Doutorado) UFSC, Florianópolis.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história:** as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Florianópolis: UFSC, 2002.

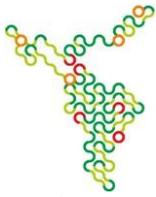
_____. Modernização, cultura e ideologia do carvão em Santa Catarina. In: GOULART FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

CORREA, Jacson. **Proteção ambiental e atividade minerária:** um estudo sobre a defesa da área de proteção ambiental em Criciúma. 2001 (Dissertação de Mestrado) UFSC, Florianópolis.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006.

MANIQUE, Nei. A noite que dividiu a nossa história. **Portal Engeplus**, 2016. Disponível em:



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação

Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

< <http://www.engeplus.com.br/noticia/memoria/2016/v-deo-a-noite-que-dividiu-a-nossa-historia/>>.

MONTEIRO, Renato de Araújo. **O problema do carvão em Santa Catarina:** uma batalha alheia à questão ambiental. Simpósio Internacional “História Ambiental e Desastres”. Guarapuava, 2011.

_____. **Com quantos pobres se faz 1 rico:** modernidade (e crise) na Criciúma do século XX. 2017 (Dissertação de Mestrado) UDESC, Florianópolis.

NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da urbe:** processo identitário e transformações urbanas em Criciúma – SC (1945-1980). São Luís; Criciúma: Café & Lápis; Ediunesc, 2012.

RABELO, Giani. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN. In: GOULART FILHO (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2004.